



PREÇOS DE MERCADO DE BENS ALIMENTARES BÁSICOS. A FALÁCIA DO MERCADO LIVRE DE MOÇAMBIQUE

Rabia Aiuba e João Mosca¹

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho é parte de uma pesquisa em curso no Observatório do Meio Rural (OMR) com o título Factores Determinantes dos Preços de Alimentos em Contextos de Crise na Cidade de Maputo, no período entre 2017 e 2021. Foi seleccionada a cidade de Maputo pelas seguintes razões: (1) maior centro consumidor; (2) melhor acesso à informação e; (3) facilidade na realização do trabalho de campo. Os produtos seleccionados (farinha de milho, arroz, tomate, cebola e peixe carapau) são alguns dos que possuem um peso importante na dieta alimentar da cidade (deduzível a partir da procura nos mercados).

Os preços foram recolhidos pelo OMR, semanalmente, no mesmo dia da semana e às mesmas horas, aproximadamente, entre Maio de 2017 e Dezembro de 2021.

Neste texto é feita uma pequena resenha histórica dos contextos económicos pós-independência. Faz-se uma breve descrição da inflação geral da economia e dos bens alimentares. A evolução dos preços dos bens estudados na cidade de Maputo pretende demonstrar que os preços dos produtos alimentares foram sempre influenciados por factores externos ao mercado, razão que justifica o título do texto.

2. CONTEXTO

Após a independência, a 24 de Junho de 1975, o país atravessou um período que se pretendia de regime socialista e de planificação central da economia, onde o Estado passou a intervir no sistema produtivo e comercial da economia, no caso do sector agrário, através da instituição das Empresas Estatais (E. E.), das aldeias comunais, das cooperativas da produção agrícola e, mais tarde, cooperativas de consumo, priorizando o cumprimento de metas quantitativas e assegurando o emprego, secundarizando, portanto, a rentabilidade e eficiência económica.² Neste período, houve também

¹ Rabia Aiuba, Mestre em Economia e pesquisadora do OMR. João Mosca, Doutor em Economia Agrária e Sociologia Rural, investigador do OMR.

² Ver Mosca (2011) para mais detalhes de cada uma destas formas de intervenção do Estado moçambicano na economia.

intervenção nas grandes empresas que tinham que apresentar propostas de plano ao ministério de tutela.

Nos finais dos anos 1980s, com a filiação às Instituições de Bretton Woods (IBW) e a implementação do Programa de Reabilitação Económica (PRE), pretendia-se instituir os princípios de mercado livre, concorrência, competitividade, igualdade de oportunidades, limitada intervenção Estatal, entre outros, assistindo-se, portanto, à passagem de uma economia planificada para uma economia designada de mercado.

Neste novo sistema, o Estado manteve uma forte intervenção nos mercados através dos seguintes mecanismos: (1) monopólios estatais, presentes nos sectores estruturantes da economia e o Estado, com poder para definir os preços, a produção e distribuição, como são os casos dos serviços de energia e água, combustíveis, serviços de transporte aéreo, tarifas dos portos e caminhos-de-ferro e transportes públicos urbanos, entre outros; e, (2) estabelecimento dos preços de alguns produtos alimentares, como o pão e o arroz, tendo fiscais que actuam nos mercados, sobretudo urbanos, e nos momento em que se prevê alterações na demanda e na oferta.

Além do estabelecimento directo dos preços, estes são ainda influenciados de forma indirecta através, por exemplo, de benefícios fiscais, subsídios ao consumidor (casos do pão, transporte público, água e electricidade), políticas aduaneiras (taxas zero sobre importação de alguns produtos alimentares), água e energia para algumas actividades económicas, taxas de juro bonificadas e créditos especiais, comparticipação do Estado em determinados investimentos, entre outras. Observa-se ainda concessão de benefícios aos investidores pelos decisores políticos e outras partes interessadas, com influência nos custos de produção, preços e lucros.

Os preços são estabelecidos, em muitos casos, de forma a: (1) cobrir os custos das ineficiências económicas e ineficácias operacionais, remetendo para o consumidor o pagamento de bens e serviços a preços mais elevados que, em alguns bens e serviços, são reduzidos por subsídios, apesar da baixa qualidade dos serviços prestados, viabilizando, assim, o funcionamento de empresas sistematicamente deficitárias e ineficientes, nem rentáveis; (2) assegurar o custo de vida baixo, principalmente nas cidades, facilitando a manutenção de salários baixos como estratégia de viabilização das empresas privadas e/ou de redução dos prejuízos do sector público e privado; e, (3) os subsídios aos preços dos bens alimentares essenciais e transportes públicos nos centros urbanos, fazem parte de medidas de defesa do poder, como forma de evitar greves e manifestações³.

³ São conhecidas as manifestações em Maputo, em 1993, 2008 e 2010, em reacção ao aumento do custo dos transportes colectivos e de alguns produtos alimentares e as estratégias do governo nas negociações com os empresários dos respectivos sectores, em simultâneo com o reforço da presença policial como modo de persuasão e repressão (Chaimite, 2014).

Como consequência dessa intervenção, assistiu-se a um aumento brusco da inflação, sobretudo a partir de inícios da década de 80, em consequência dos seguintes factores: (1) escassez da oferta devido, principalmente, à diminuição generalizada da produção nos primeiros anos depois da independência, como consequência da deficiente gestão das E.E. e dos mecanismos burocráticos de direcção económica, da guerra civil, do desmoronamento do sistema socialista na Europa, das crises externas do sistema capitalista, das medidas de boicote económico a Moçambique, e das alterações do modo de vida dos camponeses devido às aldeias comunais e à urbanização acelerada; e, (2) do lado da procura, contribuíram para a inflação, a emissão de moeda para suportar os défices das empresas, o custo das ineficiências do sistema económico e o défice do Orçamento do Estado. A balança comercial e de pagamentos entraram em ruptura, chegando a haver momentos em que não houve divisas para importar petróleo⁴.

Este comportamento, em relação à produção, mercados e preços, revela uma estrutura de controle e manutenção do preço que não corresponde à realidade dos mercados e consumidores.

3. INFLAÇÃO

A inflação reflecte a variação geral dos preços e pode ser apresentada subdividida por sector económico, por produto ou grupo de produtos. Nesta secção, faz-se a análise da inflação geral e dos preços alimentares na cidade de Maputo. Esta comparação permite medir, em termos relativos, a variação (aumento ou diminuição) dos preços de alimentos e compará-la com os restantes os bens e serviços da economia da cidade. Caso a inflação de bens alimentares seja superior à inflação geral, os consumidores líquidos⁵ de alimentos são prejudicados e os produtores e agentes intermediários são beneficiados.

Existe uma teoria que defende que, a longo prazo, há uma tendência decrescente dos preços reais aos produtores dos bens agrícolas. Esta teoria tem a seguinte fundamentação: (1) a produção e a produtividade tendem a subir rapidamente em resultados da intensificação do capital na actividade agrícola, mantendo os restantes factores constantes; (2) este aumento da oferta é tendencialmente, maior que a demanda resultante de um abrandamento do crescimento populacional e, por outro lado, de um maior poder de compra (aumento dos rendimentos), mas cujo incremento é gasto proporcionalmente menos em bens alimentares (lei de Engel)⁶. Esta teoria reflecte

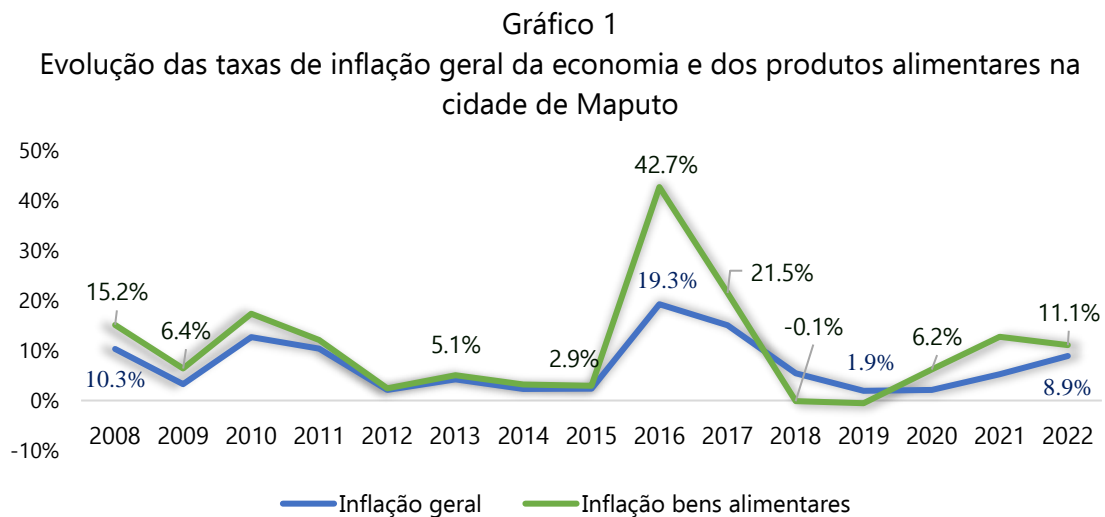
⁴ As divisas escassas disponíveis eram alocadas em reuniões multi-sectoriais no Ministério do Comércio, conforme as prioridades estabelecidas pelo Plano ou em resposta a circunstâncias pontuais.

⁵ Consideram-se consumidores líquidos as pessoas ou famílias que despendem mais dinheiro na compra de bens alimentares do que o valor dos bens consumidos resultantes da produção própria de alimentos. Os cidadãos e famílias residentes nas zonas urbanas são, na sua quase totalidade, consumidores líquidos de alimentos.

⁶ A lei de Engel, essencialmente, estabelece que, quando o nível de rendimento dos consumidores aumenta, a proporção deste gasto em alimentação cresce a uma taxa mais lenta ou mesmo decresce, que a percentagem dedicada a outros bens, como vestuário, transporte, bens de luxo, e a poupança aumenta

comportamentos em economias desenvolvidas. Nas economias com elevadas percentagens de pobreza de consumo (dieta alimentar insuficiente e deficiente) é expectável que os incrementos da população e do rendimento levem, numa primeira fase e até à satisfação das necessidades básicas, ao aumento dos gastos em alimentos; isto é, os incrementos de renda são gastos em despesas com alimentação, não se verificando a lei de Engel.

O gráfico abaixo apresenta a inflação geral da economia e dos bens alimentares na cidade de Maputo. No período em análise pode-se observar que a inflação de bens alimentares é, em quase todos os anos entre 2008 e 2022, superior à inflação da economia, exceptuando-se os anos 2018 e 2019. Nestes anos, o aumento da inflação de serviços (saúde, transportes, educação e restauração) teve maior contribuição para a inflação geral na cidade do que a variação dos preços dos alimentos.



Nota: Inflação média de 12 meses. Inflação geral (2016=100). Inflação de bens alimentares (até 2015, 2010=100 e a partir de 2016, 2016=100). Esta última série foi representada com diferentes anos-base de acordo com a disponibilidade de informação do INE. Dada esta quebra na série em 2016 e o facto de não ter sido feito um ajustamento da série para a uniformização do ano base, a análise contínua desta série e a comparação com outras variáveis deve ser feita com cautela.

Fonte: INE (2016 e 2022).

também mais rapidamente. O enunciado dessa lei indica que, quanto menor o rendimento, maior é a proporção destinada à alimentação e outros bens e serviços básicos (Samuelson e Nordhaus, 2005).

Observando o gráfico acima, pode-se constatar uma evolução da oferta insuficiente e inferior à demanda na maioria dos anos, no que se poderia considerar de uma situação de insatisfação das necessidades básicas alimentares:⁷

- Do lado da oferta, são factores determinantes: (1) as proporções da oferta da produção nacional e das importações na oferta nacional; (2) os preços dos produtos importados (nos países de origem); (3) a taxa de câmbio; (4) a estrutura dos mercados dos bens importados; (4) as taxas aduaneiras; (5) a evolução dos custos de produção considerando os preços dos factores e dos volumes comercializados de bens produzidos internamente; (6) os preços aos produtores; (7) as margens ao longo da cadeia de valor dentro do país, a montante e a jusante da produção primária; (8) a segmentação do mercado interno; e, (9) os custos de transporte, entre outros factores.
- Do lado da procura, são tidos como factores que determinam os preços: (1) o rendimento por habitante, que tem tido um crescimento baixo⁸; (2) o rendimento cada vez está mais concentrado socialmente⁹, o que pode aumentar a procura de bens designados de “consumo de massa” indiferenciados; (3) o crescimento da população a ritmos mais elevados que o ritmo de crescimento do volume de produção da maioria dos principais bens alimentares¹⁰ implica uma menor oferta de alimentos básicos por habitante suprida com importações¹¹; e, (4) não existência de bens sucedâneos ou oferta limitada de alguns bens.

Alguns destes factores serão estudados na pesquisa da qual este texto é a primeira publicação.

4. OS PREÇOS DA FARINHA DE MILHO, ARROZ, TOMATE, CEBOLA E PEIXE CARAPAU NA CIDADE DE MAPUTO

Os gráficos abaixo apresentam os preços médios mensais de cinco bens essenciais na dieta alimentar na cidade de Maputo: três fundamentalmente importados (arroz, marca “feliz família”, farinha de milho, da marca Star, e peixe carapau) e dois (tomate e cebola), em que existe uma importante contribuição da produção nacional, sobretudo na época

⁷ Os autores fazem uma leitura do comportamento dos preços nesse período, considerando a lei da procura e oferta, como resultado de um aumento simultâneo da procura derivada do aumento da população (deslocações da curva para a direita) e da oferta derivado do aumento da produção e disponibilidade de alimentos (deslocação da curva da oferta para a direita). Entretanto, como os preços aumentam na maioria dos anos e não se mantêm constantes, significa que a quantidade oferecida cresce a taxas mais baixas do que a quantidade demandada, observando-se escassez de oferta e incapacidade de satisfação da demanda.

⁸ O PIB *per capita* a nível nacional passou de 458 dólares, em 2007, para 518 dólares, em 2020, um crescimento de 60 USD em 14 anos, isto é, uma média de cerca de 4,3 dólares por ano e uma taxa de crescimento entre os dois anos extremos de 13,1%, menos de 1% de média por ano (Mosca, 2023).

⁹ Segundo World Inequality Database (2023), em 2010, o último decil da população moçambicana concentrava 78,1% da riqueza. Em 2020, esse indicador era de 80,4%. Presumivelmente, a cidade de Maputo possui um nível de concentração maior, apesar de a pobreza ser menor que no resto do país.

¹⁰ Nova e Mosca (2022a).

¹¹ Nova e Mosca (2022b).

de colheita entre Maio/Junho até Novembro/Dezembro. Os preços apresentados são a média dos preços dos mercados Zimpeto, Fajardo, Central, Xiquelene e Xipamanine.

As marcas de arroz, da farinha de milho e o tamanho do peixe carapau são os mais representativos em termos de oferta e procura. O arroz e a farinha de milho são produtos importados a granel e embalados em Moçambique, onde são atribuídas as marcas.

As colunas a cinzento nos quadros abaixo representam os anos em que os preços médios anuais foram mais elevados, e as colunas a verde correspondem aos anos com menores preços médios anuais.

Preço da farinha de milho

O quadro abaixo revela uma relativa estabilidade dos preços médios, máximos e mínimos da farinha de milho. Porém, a amplitude entre os preços máximo e mínimo pode ser considerada grande. As variações dos preços interanuais da farinha de milho, no geral, são superiores à inflação dos preços dos bens alimentares na cidade. Entre os anos analisados, existe uma ligeira tendência à diminuição do preço (veja as linhas de tendência no gráfico 2), sobretudo quando considerado o ano 2018 como ponto de partida.

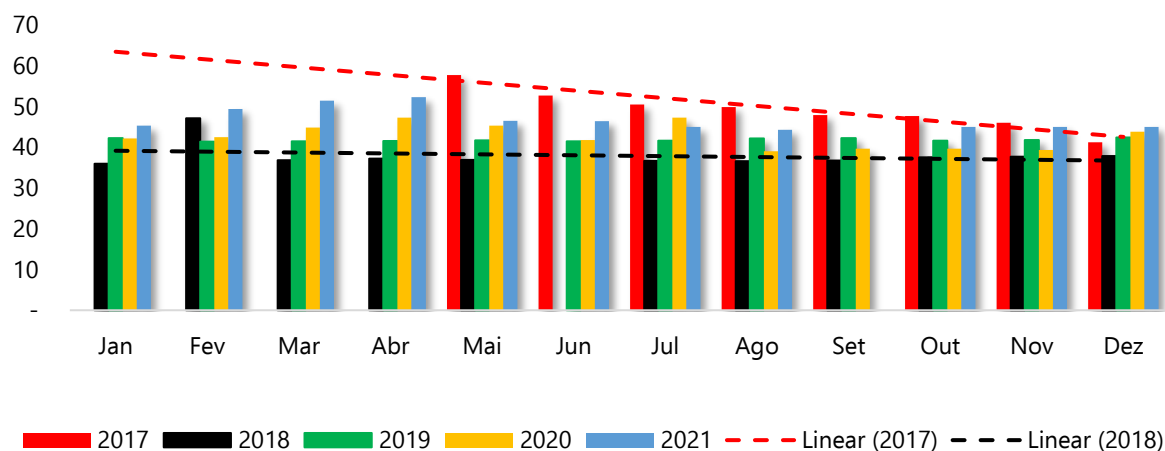
Quadro 1
Variações dos preços da farinha de milho (MZN/Kg)

	2017	2018	2019	2020	2021
Médio	49,2	37,9	41,8	42,7	46,9
Máximo	57,7	47,1	42,4	47,3	52,3
Mínimo	41,2	35,9	41,4	39,0	44,3
Amplitude (máximo-mínimo) / máximo, em %	2,7	23,8	2,8	17,5	15,3
Variação anual do preço médio do ano N-(N-1) / N, em %		-29,7 ⁽¹⁾	9,3	2,1	8,9

Notas ⁽¹⁾: Ao considerar a relação entre 2018 e 2017, notar que os dados de 2017 foram recolhidos apenas a partir de Maio. O preço médio anual foi calculado com base nos preços médios mensais e estes, por sua vez, calculados com base nos preços semanais. Os preços máximo anual e mínimo anual representam a média maior e menor dos preços mensais do respectivo ano.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Gráfico 2
Evolução do preço médio mensal de farinha de milho (MZN/Kg)



Nota: A linha tracejada preta representa a linha de tendência a partir de Maio de 2017 e a vermelha a partir de Janeiro de 2018. Apesar de ambas linhas de tendência mensal divergirem no início, os resultados não são distorcidos por esta razão, pois quando a análise é iniciada em todos os anos no mesmo mês (Maio), a tendência é a mesma.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Preço de arroz

O quadro abaixo revela estabilidade dos preços médios anuais, máximos e mínimos de arroz ao longo do tempo, embora com tendência a aumentar a ritmos mais elevados que a inflação geral, excepto em 2018, notando-se uma tendência ligeira para a diminuição do preço (gráfico 3). A amplitude entre os preços máximo e mínimo é grande.

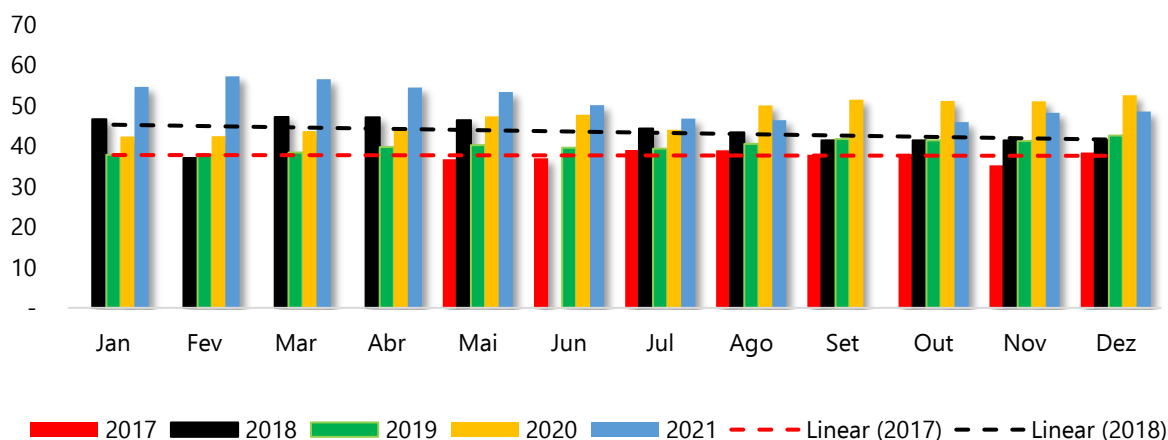
Quadro 2
Variação dos preços médios anuais de arroz (MZN/Kg)

	2017	2018	2019	2020	2021
Médio anual	37,7	43,4	40,1	47,4	51,1
Máximo	39,1	47,2	42,6	52,6	57,3
Mínimo	35,3	37,1	37,9	42,4	45,9
Amplitude (máximo-mínimo) / máximo, em %	9,7	21,4	11,0	19,4	19,9
Variação anual do preço médio do ano N-(N-1) / N, em %		13,3	-8,4	15,4	7,4

Nota:

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Gráfico 3
Evolução do preço médio mensal do arroz (MZN/Kg)



Nota: Idem nota no gráfico 2.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Preço do tomate

O preço do tomate tem importantes variações entre os anos e a variabilidade intra-anual é igualmente elevada, variações estas superiores à inflação.

O gráfico abaixo revela grandes variações entre os preços mensais no mesmo ano. Os preços máximos e mínimos são similares nos anos analisados. A época de colheita em Moçambique poderá ser um dos factores que justificam este comportamento anual dos preços.

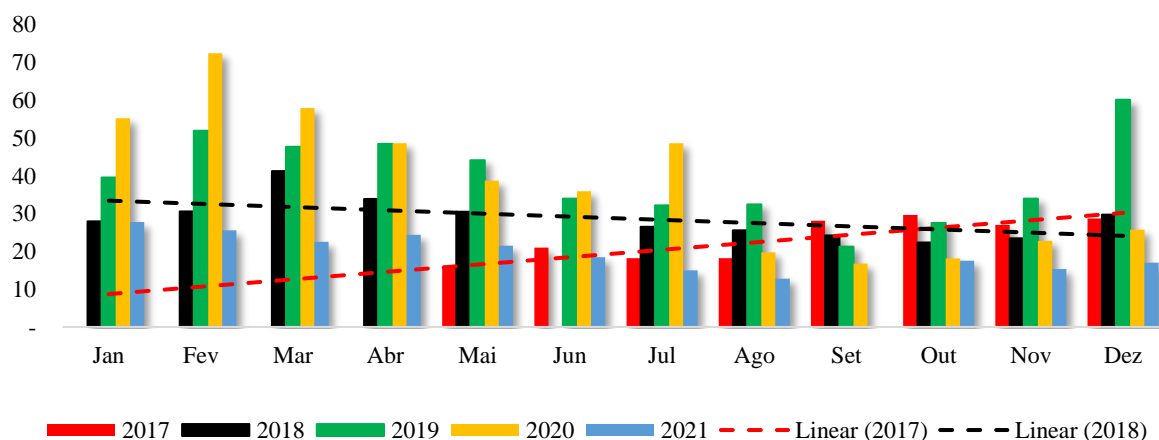
Quadro 3
Variações dos preços médios anuais de tomate (MZN por "molhe")

	2017	2018	2019	2020	2021
Preço médio anual (MZN)	23,4	28,7	39,5	38,4	19,8
Máximo anual	29,7	41,3	60,2	72,5	27,8
Mínimo anual	15,9	22,4	21,3	16,8	12,8
Amplitude (máximo-mínimo) / máximo, em %	46,5	45,8	64,6	76,8	53,9
Varição anual do preço médio do ano N-(N-1) / N, em %		18,7	27,2	-2,8	-93,9

Nota: Idem nota no quadro 1. "Molhe": unidade de medida considerando a forma em que o tomate é vendido, em conjuntos de algumas unidades "molhes"), cujo peso é variável entre os mercados e ao longo do ano, conforme a oferta e procura de mercado.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Gráfico 4
Evolução do preço médio mensal do tomate (MZN por "molhe")



Nota: Idem nota no gráfico 2.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Preço da cebola

As variações dos preços interanuais da cebola são, à excepção dos anos 2019 e 2021, muito elevadas e muito superiores à inflação de bens alimentares. As inflações negativas de 2019 e 2021 são também altas. As amplitudes entre os preços máximo e mínimo são altas. Existe uma tendência acentuada à diminuição do preço se for considerado, 2018 como ano base, e uma tendência muito crescente a partir de 2017 (veja as linhas de tendência no gráfico 5). Estas diferentes tendências são justificadas pelas variações dos preços entre os anos. As variações dos preços ao longo dos meses são menos acentuadas que no caso do tomate, mas verificam-se sensivelmente nos mesmos períodos de alta e de baixa que o tomate.

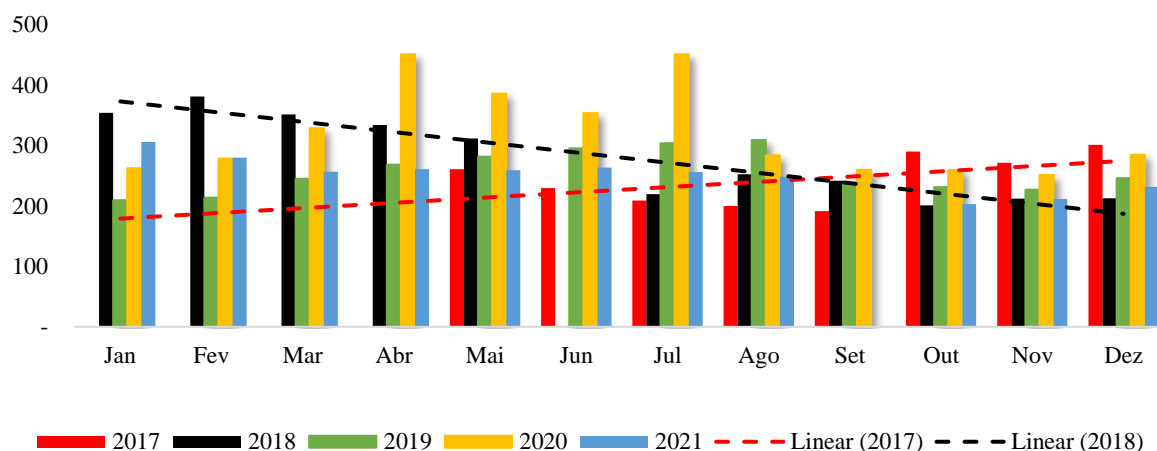
Quadro 4
Variação dos preços médios anuais da cebola (MZN/10 Kgs)

	2017	2018	2019	2020	2021
Médio anual (MZN)	244,4	279,5	255,9	321,0	252,6
Máximo anual	301,5	381,5	309,5	451,1	306,1
Mínimo anual	191,7	201,2	209,6	251,3	203,5
Amplitude (máximo-mínimo) / máximo, em %	36,4	47,3	32,3	44,3	33,5
Variação anual do preço médio do ano N-(N-1) / N, em %		12,5	-9,2	20,3	-27,1

Nota: Idem nota no quadro 1.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Gráfico 5
Evolução do preço médio mensal da cebola



Nota: Idem nota no gráfico 2.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Preço de peixe carapau

As variações dos preços interanuais do peixe carapau não são muito elevadas (de apenas um dígito), à excepção do ano 2020. Entretanto, estas variações de preço estão acima da inflação de bens alimentares, excepto em 2021. As amplitudes entre os preços máximo e mínimo são altas.

Verifica-se uma tendência crescente dos preços, considerando 2017 ou 2018 como anos base.

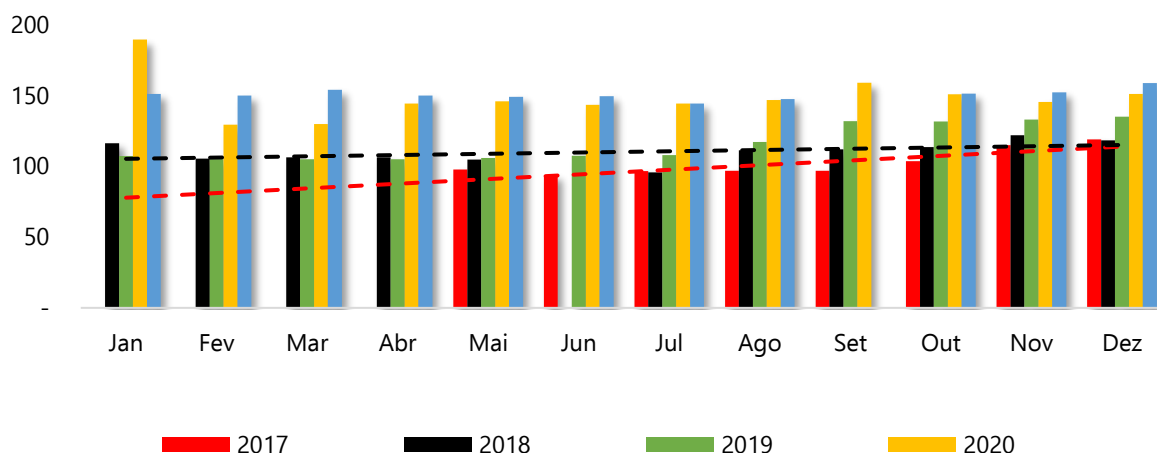
Quadro 5
Variação dos preços médios anuais de do peixe carapau (MZN/Kg)

	2017	2018	2019	2020	2021
Médio anual (MZN)	102,5	110,3	116,1	148,4	150,8
Máximo anual	119,0	122,0	135,2	189,8	159,0
Mínimo anual	93,8	95,8	105,0	129,5	144,5
Amplitude (máximo-mínimo) / máximo, em %	21,2	21,5	22,2	31,8	9,1
Variação anual do preço médio do ano N-(N-1) / N, em %		7,0	5,0	21,8	1,6

Nota: Idem nota no quadro 1.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

Gráfico 6
Evolução do preço médio mensal do peixe carapau



Nota: Idem nota no quadro 2.

Fonte: OMR (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021).

5. RESUMO

As principais constatações extraíveis deste texto são as seguintes:

- Durante o período abordado neste texto não existiu o que se designa por “mercado livre” ou concorrência perfeita, devido a múltiplos efeitos de políticas públicas acima enumeradas.
- Os preços médios anuais dos bens alimentares básicos tiveram taxas de aumento acima da taxa de inflação geral na maioria dos anos entre 2008 e 2022, o que permite concluir que o poder de compra de bens alimentares, que representa uma elevada proporção dos gastos das famílias pobres, decresceu para os consumidores líquidos de alimentos que são a maioria da população urbana residente na cidade de Maputo.
- Observa-se uma evolução errática (subidas e descidas) dos preços médios anuais e mensais dos produtos estudados, e grandes amplitudes entre o preço máximo e mínimo, onde:
 - Os preços dos produtos com produção nacional (tomate e cebola) possuem variações sazonais, provavelmente em consequências dos momentos de colheita da produção nacional e da época natalícia.
 - Os preços dos produtos cujo abastecimento nacional é essencialmente por importação (da farinha de milho, arroz e peixe carapau) são mais estáveis, eventualmente devido à oferta ser realizada por importações feitas mediante previsão dos aumentos da demanda e relativa estabilidade cambial.
- As variações do preço destes produtos não sugerem a existência de uma concorrência de mercado livre, principalmente no caso dos produtos importados, intervindo o Estado na formação dos preços dos bens alimentares, (principalmente no caso dos produtos importados), geralmente sem

correspondência com a economia real. Portanto, o discurso da existência de um mercado livre em Moçambique, pelo menos no que tange os bens alimentares, é uma falácia.

A pesquisa em curso, procurará encontrar e aprofundar o conhecimento sobre os determinantes dos preços destes produtos nos mercados da cidade de Maputo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHAIMITE, E. (2014). Das Revoltas às Marchas: Emergência de um Repertório de Acção Colectiva em Moçambique. Em: Brito, L., Castel-Branco, C.N., Chichava, S. e Francisco, A. (Orgs). *Desafios para Moçambique – 2014*. Instituto de Estudos Sociais e Económicos: Maputo, p.153-166.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICAS (2016). *IPC Moçambique_Quadros_Dezembro 16* [Base de dados] Dezembro 2016 [Em linha]. Disponível em: http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/quadros/nacional/ipcmocambique_quadros_dezembro16.xls/view [Consultado a 2023/02/08].

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (2022). *IPC Moçambique_Expansão 8 Cidades_Quadros_Dezembro2022* [Base de dados] Dezembro 2022 [Em linha]. Disponível em: http://www.ine.gov.mz/estatisticas/estatisticas-economicas/indice-de-preco-no-consumidor/quadros/nacional/ipcmocambique_expansao-8-cidades_quadros_dezembro2022.xlsx/view [Consultado a 2023/02/08].

MOSCA, J. (2011). *Políticas Agrárias de (em) Moçambique (1975-2009)*. Escolar Editora: Maputo.

MOSCA, J. (2023). *Economia Moçambicana em Processo de Concentração Sectorial, Territorial e Social*. Destaque Rural Nº 199. Observatório do Meio Rural, Maputo.

NOVA, Y. e Mosca, J. (2022a). *Ciclos Políticos Coincidentes com o Comportamento das Agriculturas em Moçambique*. Destaque Rural Nº 156. Observatório do Meio Rural, Maputo.

NOVA, Y. e Mosca, J. (2022b). *Balança Comercial Alimentar: Come-se o que não se Produz e Produz-se o que não se Come*. Destaque Rural Nº 168. Observatório do Meio Rural, Maputo.

OBSERVATÓRIO DO MEIO RURAL (2017, 2018, 2019, 2020 e 2021). *Mercados – Boletins Mensais de Preços*. OMR.

SAMUELSON, P. e Nordhaus, W. (2005). *Economia* (18.ª ed.). McGraw-Hill Interamericana de Espanha.

WORLD INEQUALITY DATA (2023). *WID_Data_Metadata* [Base de dados] Fevereiro 2023 [Em linha]. Disponível em: <https://wid.world/data/> [Consultado a 2023/02/15].

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito, o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores

E-mail: office@omrmz.org
Endereço: Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar.
Maputo – Moçambique
www.omrmz.org